



Cidade, Urbanismo e Urbanidade: construindo conceitos e práticas

LabHabitat e Residência AU+E/UFBA: do laboratório à prática, pelo direito à arquitetura, à habitação digna e à cidade

Resumo

O LabHabitat - Laboratório de Habitação e Cidade foi fundado em 1993, por um grupo de professores atuantes nessa área, no âmbito da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Visa experimentar e assimilar novos enfoques em prol da habitação digna, pautada pelo direito à arquitetura e à cidade, para assessoria às comunidades demandantes e na elaboração de políticas públicas adequadas, sistematizando conhecimento para atividades acadêmicas de pesquisa e orientação e ao público em geral. Para isso articula atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo participantes da graduação e pós-graduação, em projetos com entidades comunitárias, governamentais e instituições nacionais e internacionais. Os trabalhos desenvolvidos compreendem: pesquisas, projetos, seminários, cursos, consultoria, assistência técnica e publicações. Com base nessa trajetória, em 2011 propôs a criação da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - Residência AU+E/UFBA, viabilizada em 2013, com a implantação do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, à semelhança da área médica. De caráter pluridisciplinar, gratuito e replicável, essa proposta, pioneira na sua área de atuação, tem como suporte a Lei Federal 11.888/2008, de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. Além do curso, envolve trabalho de campo para assistência técnica, que culminam na capacitação coletiva para elaboração de projetos, ampliando o acesso a recursos públicos para melhor qualidade de moradia, numa perspectiva educativa apoiada na troca de saberes. O trabalho a ser apresentado traz os resultados obtidos dessa interlocução entre teoria e prática, na conquista de cidades melhores e mais justas.

Palavras-Chave: Assistência técnica; habitação; cidade; teoria e prática.

Grupo de Pesquisa: LabHabitat; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia,; Ciências Sociais Aplicada, Área de Arquitetura; Angela Gordilho Souza; doutora pela FAU-USP; profa. no PPGAUFBA; coordenadora da Residência AU+E/UFBA. amgs@ufba.br

LabHabitar e Residência AU+E/UFBA: do laboratório à prática, pelo direito à arquitetura, à habitação digna e à cidade

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1968, p.135)

Uma introdução às referências conceituais, metodologias e políticas pelo direito à cidade

Quando Henry Lefebvre publicou o livro *O Direito à Cidade*, em 1968, sua reflexão filosófica abria a possibilidade de se pensar o urbanismo de forma mais ampla, para além das questões urbanísticas presentes nos círculos de discussões dos técnicos, especialistas e intelectuais, compreendendo o urbanismo ao mesmo tempo, ideologia e prática. Nesse sentido, adverte que “as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram *politicamente* a importância e o significado que têm no *pensamento* (na ideologia) e na *prática* (estratégia urbana já em obra e ação)”. (p.2). Com essa percepção, entende que a sociedade industrial concebe o *habitat*, produto das relações capitalistas no espaço privatizado, ascensão à propriedade, de forma distinta do conceito atribuído por ele para o “habitar”, que traz conteúdos resultantes das práticas de participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade; atributo, que se perde na crescente suburbanização da moradia e dos conjuntos residenciais. Prenunciando o alargamento desse processo, prevê que a consciência urbana vai dissipar para dar lugar a “urbanização desurbanizante” (p.18); perde-se assim “o sentido da obra”, como atividade criadora (p.17), e da conexão entre a cidade e o urbano. O Estado, com novas atribuições, regulamentação de loteamentos e da construção, diante da especulação imobiliária, toma a seu cargo a construção de habitações, destituídas dos conteúdos de cidade. “O direito a moradia aflora na consciência social (...) entretanto não é reconhecido formal e praticamente (...) não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado (...) o conceito do *habitat* levado a sua forma pura pela burocracia estatal (p.19). O problema da cidade ultrapassa enormemente o da moradia. Poderá a vida urbana recuperar o direito à cidade? é a grande questão política colocada por Lefebvre.

Na visão desse filósofo, antecipando em muitas décadas os problemas que seriam vivenciados com a urbanização crescente em todo o mundo, antevê que a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente na perspectiva de uma atividade criadora, de obra, e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis, necessidades de informação, de simbolismo, de atividades lúdicas (pp. 103 e 104) Assim, a condição do “direito à cidade”, na conceituação de Henry Lefebvre (1968), refere-se à reconquista coletiva do sentido de cidade como obra, resultado da relações sociais, e não do produto, como mercadoria.

Nesse sentido, referindo-se às práticas profissionais dos sociólogos, arquitetos e urbanistas:

“nem um nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes, Ou não os possui. As pessoas acima relacionadas , tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas (...) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência” (LEFEBVRE, pp.107,108)

É sobre essas possibilidades que a ideia de projeto e formação profissional é aqui tratada, relatando propostas de ensino-pesquisa-extensão na área de arquitetura e do urbanismo, apoiadas na interlocução entre conhecimentos práticos e teóricos, enfocando resultados obtidos em experiências desenvolvidas na Universidade Federal da Bahia, pelo direito à arquitetura, à habitação digna e cidade, apoiadas na perspectiva da reconquista do sentido de cidade, resultante da socialização criativa, não como produto para o consumo, seguindo os caminhos abertos pelo pensamento de Henry Lefebvre (1968), pelo *direito à cidade*.

A urbanização recente no Brasil e as políticas públicas: o que ficou da reforma urbana?

No Brasil, a partir da década de 1930, quando a população rural representava cerca de 70% do total de 37 milhões de habitantes do país, com a migração acelerada do campo para a cidade, surgem as primeiras iniciativas institucionais voltadas para atuar no problema habitacional, revelado não apenas pela falta de moradia nas grandes cidades, mas pela impossibilidade de absorção dessa demanda no mercado imobiliário emergente, diante da pobreza dessas populações. Nas décadas seguintes se fortalece a noção de que o problema da habitação era uma questão de política pública e social, a ser enfrentada com novos conceitos urbanísticos e processos construtivos. Apesar das iniciativas que se conformam nesse sentido, com a estruturação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), voltado para o trabalhador assalariado e sindicalizado, e, com a criação da Fundação da Casa Popular, em 1946, a efetivação de uma política habitacional abrangente não se consolida, predominando para a maioria dos migrantes, os cortiços, favelas e ocupações improvisadas nas periferias urbanas.¹

Desde então, a crise urbana e habitacional se aprofundou, num contexto econômico e político tumultuado, fazendo emergir, na década de 1960, um forte movimento por reformas de base. No caso da habitação e da questão urbana, estiveram à frente os profissionais de arquitetura, que se incorporam aos outros movimentos sociais. É ilustrativo desse período o famoso encontro que se realizou no Hotel Quitandinha – Petrópolis, Rio, 1963, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, *O Homem, sua Casa, sua Cidade*, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, com o apoio do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado - IPASE. As propostas incluíam medidas para enfrentar problemas como a renda da terra, buscando-se equacionar os entraves causados pela propriedade privada do solo urbano através do planejamento e de políticas públicas abrangentes. Já se trazia como princípio, a habitação como um direito fundamental para a melhoria do padrão de vida da população, fortalecendo a responsabilidade do estado para enfrentar o problema, para além de uma ação assistencial. Foi então elaborado um conjunto de propostas para a estruturação de uma política habitacional e urbana, tendo como ponto forte a criação de uma instituição nacional capaz de bancar os investimentos em longo prazo (BONDUKI; KOURY, 2010),

Na contracorrente, a ditadura militar que se instala a partir de 1964, esfacela esse contexto de intenso movimento social pela discussão dos caminhos para o desenvolvimento econômico socialmente mais distributivo, instalando-se um modelo autoritário, centralizador, de crescimento rápido e concentrado. Na questão urbana introduz a perspectiva do financiamento para o mercado da casa própria, gerido pelo setor público, visando o retorno do capital investido por uma demanda solvável, criando para isso o Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH). Acaba por promover a expansão das periferias

¹ Vários autores trabalham essa questão, analisando os desdobramentos nas diferentes realidades urbanas. Para São Paulo, MARICATO (1997), BONDUKI (1999), ROLNIK (1997) e TASCHNER (1997), para o Rio de Janeiro, RIBEIRO (1997), e, para Salvador, BRANDÃO (1978) GORDILHO-SOUZA (1990, 2008), dentre outros.

urbanas, com a intensa produção de loteamentos e de grandes conjuntos habitacionais, voltado, sobretudo, para as classes médias emergentes, as populações das favelas em áreas centrais, na expectativa de extinção dessas ocupações, bem como promove a descentralização metropolitana com a implantação de polos industriais. Após 22 anos de atuação, com a solvência desse sistema, em 1986, resulta em mais de quatro milhões de moradias, cerca de ¼ do parque imobiliário produzido no país (AZEVEDO, 1988).

O contexto sócio-político brasileiro que se configura nesse processo desenvolvimentista é de exacerbada concentração de riquezas e da propriedade fundiária, associado à má distribuição de rendas e políticas sociais inócuas. Na questão urbana surgem grandes ocupações de terras nas periferias distantes, além da densificação das favelas que se mantiveram, resultando em condições de habitabilidade extremamente precárias para a maioria da população e esvaziamento das áreas centrais. Na década de 1980, as pressões políticas das comunidades por infraestrutura urbana fortalecem os movimentos sociais urbanos, pela redemocratização do país, fazendo ressurgir o movimento pela reforma urbana, culminando na introdução do direito social à moradia e do planejamento urbano, na Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei Federal Nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade. (BASSUL, 2002)

Nesse período de redemocratização, os municípios de governos progressistas avançam na em formas de gestão participativa, momento que irá demandar a inserção da assistência técnica, seja por escritórios de profissionais, imbuídos nos processos inventivos de autogestão, seja por iniciativas das universidades na criação de laboratórios de experimentações em tecnologias alternativas e na definição de metodologias inovadoras para implantação de planos diretores urbanos participativos. Portanto, nessa área, situam-se aí as experiências da universidade pública na sua inserção social, para além da formação acadêmica e de pesquisa.²

A aprovação do Estatuto da Cidade trouxe grandes avanços na definição de instrumentos capazes de garantir o direito social à moradia e à cidade. Decorrida mais de uma década da sua aprovação, entretanto, são muitos ainda os desafios colocados para sua plena efetivação, notadamente no descompasso entre teoria e prática. Nas grandes cidades brasileiras, altamente segregadoras da pobreza, a maioria de seus habitantes estão excluídos dos benefícios urbanos. Estima-se que, nas grandes cidades-capitais, entre 20% e 60% da população esteja morando em áreas de favelas, vilas, cortiços e outros tipos de habitação precária e informal, variando conforme a região do país, com maiores índices nas regiões Nordeste e Norte.³ Na provisão habitacional, o déficit quantitativo estimado em 2008 era de cerca de 5,6 milhões de unidades, o que, em termos relativos, representava 9,7% do estoque de domicílios do país, concentrado na faixa da população com renda de até R\$2.325 (96,6%).⁴ Contraditoriamente, no total dos 67,6 milhões de domicílios recenseados em 2010, foram encontrados 6,1 milhões domicílios vagos, disponíveis para uso, o que equivale ao déficit habitacional estimado. (IBGE, 2011)

² São referencia históricas desse período o modelo de orçamento participativo implantado em Porto Alegre, e a produção habitacional por mutirões e autogestão. Com assistência técnica, na gestão municipal de Erundina para a cidade de São Paulo, de 1989 a 1991. Vários municípios irão seguir esses modelos na implantação de planos diretores participativos. Na universidade uma das iniciativas pioneiras é o Laboratório de Habitação na Escola de Belas Artes da USP, na década de 1980.

³ Os dados oficiais divulgados variam tanto por região quanto pela metodologia utilizada para aferição. Conforme o censo IBGE, em 2010, referindo-se ao índice de aglomerados subnormais, o Brasil tinha 11,4 milhões de pessoas vivendo em 3,2 milhões de domicílios localizados em 6.329 favelas por todo o país.

⁴ Conforme estudo do Ministério das Cidades, “Déficit habitacional no Brasil”, publicado em julho de 2010, com base na metodologia da Fundação João Pinheiro, aplicada desde 2000.

Em termos de grandes investimentos urbanos no Brasil, depois de um longo período de recessão, nos anos 1980 e 1990 – décadas consideradas perdidas, com a forte contenção de gastos públicos imposta pelas medidas econômicas de equilíbrio fiscal e de controle inflacionário –, verifica-se, na década seguinte, a retomada de investimentos federais, a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades. As novas políticas urbanas implementadas a partir de então tiveram um amplo espectro de atuação, fortalecendo a diversidade e a relação entre habitação e cidade. Foram criadas, secretarias nacionais de: habitação, saneamento, mobilidade e programas urbanos. Na produção habitacional a partir de 2005, simultaneamente ao incentivo de produção via mercado, são estabelecidas, as condições para uma produção subsidiada de habitação de interesse social, resultando em um *boom* imobiliário, sem precedentes. Para isso, implantou-se, de forma descentralizada, um novo Sistema Nacional de Habitação (SNH), com dois subsistemas, sendo um para o mercado e outro de interesse social o SNHIS. De 2002 a agosto de 2010, foram produzidas, no Brasil, um total 4,3 milhões de novas unidades, com investimentos da ordem de R\$ 243 bilhões. Pelo SNHIS, um total de R\$ 68,5 bilhões, incluindo aí R\$ 3,6 bilhões em urbanização de favelas, impulsionada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2006. (MARICATO, 2011)

Quanto à produção de novas habitações de interesse social, o ponto de inflexão constitui o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2008, com fortes subsídios para as faixas de renda de até três salários mínimos (SM), dinamizando, de forma inédita, esse segmento, que sempre esteve aquém da produção de mercado, contudo imprimindo outra sistemática, mais centralizada. Esse programa traz um processo de produção mais ágil, por meio de contratos diretos entre a Caixa Econômica Federal, instituição responsável pela operacionalização do programa, e empresas cadastradas. Assim, o PMCMV vem a contribuir para aquecimento do setor da construção civil e geração de emprego, no momento em que se intensifica a crise financeira mundial de 2008, o que leva a identificá-lo também como um instrumento de dinamização da economia brasileira, num quadro de crise internacional.

Em apenas três anos, na sua primeira fase, de 2009 a 2011, o programa cumpre a meta de construção de um milhão de novas habitações. É reeditado como MCMV 2, no âmbito do PAC 2, com previsão de mais dois milhões de unidades a serem construídas entre 2012 e 2014, sendo a maioria – 60% – para famílias com renda de até R\$ 1.395,00.⁵ Estudos realizados para o MCMV 1 indicam a produção de habitações para além das metrópoles, em grande monta construídas em cidades menores, com mais de 50 mil habitantes e, posteriormente, em municípios menores que esse limite. Esse processo de interiorização – possivelmente, em função da maior oferta de áreas livres e menor custo da terra, além dos dividendos políticos –, contribuiu para um espraçamento da produção em todo o território brasileiro. Entretanto, contraditoriamente, os maiores déficits de habitações estão nas metrópoles e incidem nas menores faixas de rendas, questões que implicam impactos urbanos ainda pouco investigados, referindo-se ao território do país.

Com base nesse contexto recente da produção habitacional de interesse social, é possível identificar dois períodos distintos na atuação do mesmo governo federal, após a criação do Ministério das Cidades. O primeiro, de 2003 a 2008, quando é instalado um novo sistema

⁵ O MCMV 2 foi formalizado pela Medida Provisória nº 514/2010, convertida na Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Na dotação de recursos no PAC 2, a modalidade Urbanização recebeu recursos inferiores em relação ao PAC 1, somando, até início de 2013, cerca de R\$ 8,9 bilhões, quando o programa já havia atingindo R\$ 472,4 bilhões. Da previsão total de R\$ 955 bilhões até 2014, R\$ 461,6 bilhões destinam-se ao PAC-Energia, seguido por R\$ 278,2 bilhões destinados ao PAC-MCMV, sendo o restante para mobilidade urbana e logística. (BRASIL, 2007, 2009)

nacional, municipalista, descentralizado e participativo, de forma integrada a outras políticas urbanas, conforme demonstram as ações promovidas no período. Um segundo momento tem início com o lançamento do PMCMV, em 2009, de caráter mais quantitativo, programa que passa a predominar na política habitacional. Definido para alcançar maior agilidade de execução e dinamizar a economia, esse programa recupera, do antigo BNH, a perspectiva de produção habitacional padronizada, em massa, com base em manuais com conteúdos diferenciados por faixas de renda. Corresponde a uma fase de produtividade intensiva, entretanto sem o necessário diálogo com a cidade e os déficits qualitativos acumulados.⁶

Observa-se, no contexto atual, um arrefecimento das conquistas do Estatuto da Cidade, privilegiando-se os investimentos do mercado imobiliário, dissociados do planejamento urbano, dinâmica que mais recentemente se intensifica, com a implantação de grandes projetos urbanos, com o advento da Copa do Mundo 2014 no Brasil. Tais investimentos, seguindo os princípios do planejamento estratégico, privilegiam uma agenda privatista, num crescente movimento de gestão urbana empresarial corporativa, definidos de forma segmentada e desassociados da qualificação urbana de interesse coletivo, impulsionando condições de seletividade e exclusividade urbana (GORDILHO-SOUZA, 2014).

Entre os problemas mais agudos na atualidade das grandes cidades brasileiras, além de moradia deficiente, está o caos no trânsito e as dificuldades de mobilidade, tanto nas metrópoles como nas cidades de porte médio, agravando a qualidade de vida individual e coletiva. A priorização do automóvel, em detrimento do transporte público, asfixia as condições de mobilidade e acessibilidade urbana, penalizando, sobretudo, as camadas da população de mais baixa renda em seu deslocamento cotidiano.

Várias críticas têm sido formuladas à produção recente de cidades brasileiras, não obstante a grande oferta de novas habitações de interesse social, fortemente subsidiada, ressaltando-se os estudos e discussões promovidas no âmbito das universidades⁷, que encontram eco nas grandes manifestações sociais, com destaque para as chamadas jornadas de junho de 2013, que motivada pela questão da tarifa de transportes públicos, se amplia numa pluralidade de protestos, apontando os grandes problemas sociais urbanos e os enormes gastos públicos direcionados para o interesse privado. No fundo esboça o desejo pelo “direto à cidade”, tal qual preconizado por Henry Lefebvre (1963). Nesse momento é importante aprofundar um balanço do que se perdeu e se ganhou com a Reforma Urbana no Brasil, avançar no papel da universidade para além da pesquisa e da crítica, como protagonista de atividades de extensão criativa na sua inserção social, na troca de saberes que potencializem resgatar conquistas perdidas e novos avanços na produção coletiva da cidade.

A interlocução do LabHabitar e a Residência AU+E/UFBA: do laboratório à prática

Semelhante a outras iniciativas ocorridas nos anos 1980 e 1990, nas universidades públicas brasileiras, o LabHabitar – Laboratório de Habitação e Cidade foi criado em 1993, por um

⁶ Os manuais disponibilizados trazem modelos de projetos arquitetônicos, de acordo com a modalidade da renda; até 3SM, acima de 3SM, e até 10SM. (BRASIL, 2009) Visando à celeridade na aprovação de projetos, esses modelos acabam por induzir uma padronização arquitetônica de baixa qualidade e inadequada, considerando-se as diferenças climáticas e culturais no país.

⁷ Vários autores publicaram críticas ao PMCMV, ver nesse sentido: ROLNIK (2010); MARICATO (2011) FERREIRA (2012); dentre outros. Também redes de pesquisa se formaram para analisar impacto desse programa nas cidades bem como dos grandes projetos anunciados com os megaeventos da Copa 2014 e Olimpíadas 2016, a exemplo dos estudos coordenados pelo Observatório das Metrópoles.

grupo de professores e pesquisadores atuantes nessa área, no âmbito da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Entretanto não se propunha a criar um escritório público de assistência técnica às populações sem acesso à arquitetura, aos moldes daqueles criados então nos cursos de graduação, para suprir demandas de projetos sociais, viabilizando capacitação de futuros profissionais. Nessa iniciativa de se criar um grupo de pesquisa vinculado à pós-graduação, inspirada no conceito lefebvriano do “habitar”, propunha-se experimentar e assimilar novos enfoques em prol da habitação, pautada pelo direito à arquitetura e à cidade, para assessoria às comunidades demandantes e na elaboração de políticas públicas adequadas, sistematizando conhecimento para atividades acadêmicas de pesquisa, orientação e ao público em geral. Sua prática se fundamenta, portanto na articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo participantes da graduação e pós-graduação, em projetos com entidades comunitárias, governamentais e instituições nacionais e internacionais. Os trabalhos desenvolvidos compreendem: pesquisas, projetos, seminários, cursos, consultoria, assistência técnica e publicações. (LabHabitar, 2014)

Seu acervo acumula diversos projetos desenvolvidos, desde a sua criação, pelos participantes, incluindo pesquisas, projetos de extensão e publicações, que tem subsidiado orientações de iniciação científica, dissertações, teses, projetos de pós-doutorado, publicações de livros, artigos e cartilhas, seminários, oficinas além de consultorias para o setor público, ONGs e associações de moradia, entre outras atividades. Dentre os resultados práticos, para além das atividades de ensino e pesquisa, seu acervo viabilizou subsídios na elaboração de políticas públicas nessa área temática, com destaque para a atual Política de Habitação de Interesse Social de Salvador (PDDU-2008) e o Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008-2025). Salientam-se ainda projetos de inovação que foram implantados, tais como: o projeto “Aprendendo com a Cidade” parceria com PMS/SEHAB, que recebeu o prêmio nacional CAIXA-IAB 2001, 1º lugar profissional-habitação, sendo doado e construído pelo Crédito Solidário, a partir de 2007; destaque também para o Plano de Bairro experimental de Mata Escura, experiência de extensão com jovens do ensino médio dessa comunidade, em 2004, com desdobramentos para um Plano de Intervenção, implantado pela PMS, a partir de 2008.

Por sua vez, a Faculdade de Arquitetura da UFBA vem atuando nessa área de habitação de interesse social, com várias experiências de graduação e pós-graduação, sendo pioneira a implantação do NEHA – Núcleo de Estudos da Habitação, que funcionou no período de 1974 a 1975. A experiência da FAUFBA inclui também três edições do Curso de Especialização em Planejamento Urbano (CEPU), financiado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na década de 1980, incluído propostas para habitação. Mais frequentes têm sido as atividades de extensão desenvolvidas pelos cursos de graduação, por meio de oficinas, seminários e projetos experimentais, com destaque para a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade – ACCS, iniciativa pioneira da Bahia; a Empresa Junior de Arquitetura - Projeta, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – Curiar, e, mais recentemente, o projeto de extensão “Que cidade é essa?”, com edições anuais, desde 2009, envolvendo alunos da graduação, professores e comunidades, em oficinas propositivas de uma semana, em determinada área da cidade. Na perspectiva de interação com a pós-graduação, especial atenção deve ser dada aos trabalhos finais de graduação (TFGs) com temas nessa área de atuação, portanto com perspectiva de continuidade no aperfeiçoamento profissional.

Com base nessa trajetória e considerando o amplo universo de demandas num contexto de enfraquecimento institucional do planejamento e reforma urbana, em 2011 o LabHabitar propôs a criação da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - Residência AU+E/UFBA, em parceria com a Escola Politécnica (EP-UFBA), tendo como suporte a Lei Federal 11.888/2008, de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, viabilizando

assim uma possibilidade de atuação continuada institucional. Essa proposta que foi aprovada em todas as instâncias da UFBA, sendo finalmente viabilizada em 2013, com a instalação da 1ª. turma de residentes, por meio da implantação do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade. À semelhança da área médica propõe o aprimoramento profissional com atividades de teoria e prática, ao tempo em que promove a oferta de serviços de interesse social nessa área de atuação.⁸ De caráter pluridisciplinar, gratuito e replicável, essa proposta, pioneira nessa área de atuação, como atividade de pós-graduação, além do curso, envolve trabalho de campo para assistência técnica, que culminam na capacitação coletiva para elaboração de projetos, ampliando o acesso a recursos públicos para melhor qualidade de moradia, numa perspectiva educativa apoiada na troca de saberes. (GORDILHO-SOUZA, 2011 e UFBA, 2011).

Tem como objetivo principal, viabilizar, de forma sistemática, assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada para comunidades carentes e municípios demandantes, ampliando a inserção social da universidade pública, por meio de atividades integradas de ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação, para capacitação profissional, implementação e inovação de projetos nessas áreas, contribuindo para uma melhor qualidade de moradia, desenvolvimento da social e ampliação de cidadania.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- a. Elaborar projetos com ênfase em habitação de interesse social e melhor qualidade de moradia;
- b. Apoiar as comunidades e municípios envolvidos na elaboração de projetos para fomento e construção;
- c. Capacitar profissionais e gestores como especialistas nessa área de atuação;
- d. Promover oficinas e outras atividades que incorporem a participação das comunidades alvo e o fortalecimento da cidadania;
- e. Incorporar as atividades de assistência e inovação técnica à pós-graduação, de forma sistêmica e pluridisciplinar;
- f. Fortalecer os planos municipais de habitação vinculados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e apoiar a elaboração de projetos em consórcios municipais;
- g. Incrementar a formação de rede nacional e intercâmbios internacionais para atuação e divulgação ampliada de informações e experiências desenvolvidas.

Visa assim a formação de recursos humanos, associada à prestação de serviços de assistência técnica nessa área de atuação, de forma participativa e integrando Universidade – Comunidade – Gestão Pública. Essa iniciativa, ao pôr em prática a referida Lei de Assistência Técnica, representa uma nova experiência no âmbito da universidade, na formação de profissionais habilitados nessa área e na constituição de novos arranjos sociais, com engajamento das comunidades envolvidas e apoio de entidades representativas. Inclui,

⁸ A Residência Médica no Brasil existe desde a década de 1940 como forma de garantir ao médico recém formado a oportunidade de ter uma vivência prática dentro de instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos qualificados. Instituída pelo Decreto nº 80.281, de 5/9/1977, mesmo decreto que criou a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), funciona como uma modalidade de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Na portaria interministerial nº 9, de 28/6/2013 (Ministério de Educação e Ministério de Saúde), o valor da bolsa assegurada ao médico-residente, em regime especial de treinamento em serviço de 60 horas semanais, foi fixado em R\$ 2.976,26. São oferecidas cerca de 27 mil vagas em 53 especialidades, para todo o país (RESIDÊNCIA MÉDICA, 2013).

simultaneamente, capacitação, prestação de serviço e elaboração de projeto participativo de interesse social, voltado para pequenos municípios e comunidades carentes.

Na definição dos conteúdos e metodologia do curso, tem-se como pressupostos: a) conceito de habitação, abrangendo não apenas a unidade habitacional, mas integrado ao ambiente do habitar e a sua inserção urbana (infraestrutura, saneamento, equipamentos coletivos, áreas públicas abertas, além da segurança física e preservação ambiental. b) atuação prioritária em cidades pequenas e médias, carentes de atuação profissional nas áreas indicadas, bem como bairros periféricos nas grandes cidades e assentamentos rurais, que demandem esse tipo de assistência técnica. c) a especialização nessa área pressupõe uma ação participativa, em comunicação permanente com as comunidades envolvidas, nas definições de intervenção e na formação cidadã das populações envolvidas.

Um total de 46 professores foram credenciados na sua implantação, sendo 35 professores permanentes, da UFBA, e 11 professores colaboradores, de outras instituições da Bahia, além de professores convidados para seminários e oficinas, de outras universidades brasileiras e estrangeiras, com atuação nessa temática e titulação mínima de mestrado ou especialista.

Na seleção do candidato, considerou-se a aprovação prévia do currículo do proponente e seu potencial para o projeto a ser desenvolvido, sob orientação de um professor tutor, atendendo a uma demanda de instituição pública ou da comunidade envolvida no município no qual o residente deverá atuar. Na primeira edição da Residência, iniciada em outubro de 2013, para as 25 vagas oferecidas, ingressaram 23 residentes, com formação diversificada, sendo: 16 arquitetos-urbanistas; quatro urbanistas; dois engenheiros politécnicos; uma geógrafa; e uma assistente social. Desses, quatro são gestores e os outros estão em início de carreira. Dos 23 residentes, 18 são de Salvador, um é do interior da Bahia, um é de Minas Gerais, um de João Pessoa/PB e dois são de nacionalidade italiana.(www.residencia-aue.ufba.br)

Nesta edição 2013/14 praticamente todos os projetos são em Salvador⁹, minimizando os custos de deslocamentos. Apenas dois projetos são fora de Salvador, um no interior da Bahia e outro em João Pessoa- Paraíba, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba. Tem-se como perspectiva o pleito de fomento de bolsas, de forma a viabilizar assistência técnica em municípios de pequeno e médio porte, altamente demandantes de profissionais dessa área, bem como trabalhos complementares de banco de dados, pesquisa e publicações.

O desenvolvimento e finalização do curso deverão atender ao prazo mínimo de 14 (catorze) meses e máximo de 16 (dezesesseis) meses, dezembro a fevereiro de 2015, totalizando 40 créditos acadêmicos (408 horas – 24 créditos; sendo 340 horas-aula e 68 horas para elaboração do trabalho final, a proposta orientada) e 16 créditos de trabalho de campo (mínimo de 960 horas de residência), distribuídos em três períodos:

1º. Período – Disciplinas, seminários e definição do projeto a ser desenvolvido: total de 4 (quatro) meses, dedicados à capacitação teórico-conceitual e técnica, com quatro disciplinas temáticas, divididas em módulos, e uma disciplina no formato de seminários abertos, com a participação de convidados, ministradas na FAUFBA, em sede própria, com carga horária total de 340 horas-aula (4hs./dia e 17 semanas - 5 dias), 20 créditos (1c.=17hs.), compreendendo os seguintes temas:

⁹ Comunidades de Calabar, Alto das Pombas, Ipitanga-Nova esperança e Coração de Maria, Quilombo Vale dos Macacos e Centro Antigo – Gamboa e 7ª. Etapa do Centro Histórico..

1. Produção do espaço, políticas urbanas e direto à cidade
2. Projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente
3. Planejamento e projeto de arquitetura, urbanismo e engenharia para assistência técnica
4. Metodologias e técnicas para projetos participativos
5. Seminários

2º. Período – Residência para assistência técnica em campo: mínimo de 8 (oito) e máximo de 10 (dez) meses, para oficinas e encontros na comunidade, coleta de dados, estudos preliminares, seminários e outras atividades de extensão, com participação de gestores públicos e comunidades envolvidas, carga horária mínima de 960 horas de trabalho, mínimo de 16 créditos (1c.=60hs.).

3º. Período – Elaboração e apresentação do Trabalho Final: 2 meses, para finalização do projeto, resultante das atividades em campo e na universidade, compreendendo um total de 68 horas de projeto/pesquisa orientada (8hs.-dia e 8 semanas), 4 créditos (1c.=17hs.).

A Residência AU+E/UFBA tem como perspectiva metodológica a elaboração participativa de projetos adequados às demandas de interesse social, incorporando áreas afins, nas suas atividades, que incluem desenvolvimento de pesquisas, diagnósticos propositivos, seminários, oficinas e elaboração de projetos, com a definição de métodos e técnicas de participação comunitária. O trabalho final deverá ser apresentado na forma projetual-propositiva, elaborado de forma participativa, com análise sobre o tema do projeto, devendo constar também de Termo de Referência, incluindo dimensionamentos e especificações para fomento, com a devida anotação de responsabilidade técnica do profissional-residente, com vistas a ampliar o acesso a recursos públicos para futura implantação. A depender do grau de complexidade e da área de formação do residente, o projeto será finalizado na forma de estudo preliminar, anteprojeto ou projeto executivo, definido em comum acordo na realização dos seminários internos de avaliação do projeto inicial, devendo ser, ao final, doado à universidade e comunidade.

As atividades estão voltadas prioritariamente ao ato projetivo e educativo, potencializadas pelo acesso a projetos de referência de qualidade, voltados para o ambiente construído, seja na escala da edificação, da infraestrutura e dos espaços públicos, que promovam, dentre outros aspectos, a melhoria do habitar em comunidades de baixa renda e a potencialização da sua integração urbana. O LabHabitar, como proponente da Residência AU+E/UFBA, mantém suas atividades de laboratório, como grupo de pesquisa credenciado pelo CNPq, dando suporte de forma integrada à essas novas atividades práticas.

Nesse processo de capacitação técnica ampliada, criam-se assim condições de fomento para execução dos projetos desenvolvidos. Dessa forma, almeja-se incrementar a elaboração de projetos de referência nessa área de atuação, ampliando possibilidades de inovações tecnológicas, parcerias institucionais, redes de divulgação e incentivo a consórcios públicos que envolvam um grupo de municípios com interesses comuns. Essa condição de capacitação, associada à prestação de serviço e elaboração de produto, de forma participativa e multidisciplinar, enseja também o direcionamento de novos estudos e pesquisas nessa área de conhecimento, altamente demandante de inovação técnica, levando a uma maior integração da pós-graduação com a graduação na elaboração de projetos práticos de qualidade profissional.

Tem-se como perspectiva o funcionamento da Residência AU+E/UFBA em rede de cooperação e intercâmbio, com a possibilidade de orientação de projetos para municípios de outros estados brasileiros, em cotutória, com a participação de professores orientadores da

universidade de origem do residente, tal qual já acontece na experiência em curso, com a universidade Federal da Paraíba. Viabiliza-se assim a divulgação ampliada e a possibilidade de replicação, com o incentivo para a formação de núcleos similares de Residência Profissional em outras universidades, consolidando, assim, uma plataforma interativa de banco de projetos e experiências diversificadas.

Sobre o papel da universidade no projeto integrado de teoria e prática: desdobramentos e desafios

Este projeto de implantação institucional da residência profissional em arquitetura, urbanismo e engenharia, articula, de forma integrada, as três esferas da vida acadêmica: ensino, pesquisa, e extensão, no momento em que propõe uma relação direta entre teoria e prática, envolvendo situações reais para prestação de serviços de assistência técnica de forma participativa. Além dos ganhos de capacitação, ao promover a inserção da universidade nas comunidades para definir projetos que envolvem a gestão pública, essa atuação incentiva a participação de órgãos governamentais – nas esferas federal, estadual, municipal –, entidades não-governamentais e associações comunitárias, com reais possibilidades de potencializar o desenvolvimento desses projetos, num processo de ganhos múltiplos e interativo.

Tratando-se de uma experiência pioneira no Brasil nessa área de atuação, mesmo inspirando-se no formato já consolidado de Residência Médica, sua implantação, ora em curso na UFBA, traz elementos para o aprimoramento das metodologias implementadas e replicação de forma continuada, no âmbito da pós-graduação, diferenciando-se dos mestrados acadêmicos e profissionais, com a inserção da atividade de prestação de serviços de interesse social. Para tal, deve avançar na promoção de intercâmbios com outras instituições de ensino e cooperação com entidades públicas alinhadas com seus objetivos, visando captar outras formas de apoio, para a sua consolidação.

A promoção dessas iniciativas de assistência técnica, se por um lado busca ampliar as possibilidades de incentivar a interiorização profissional, por outro lado, demanda apoio efetivo das comunidades e suas instituições de representação, de municípios demandantes e de órgão públicos voltados para essa área de atuação.

Sendo a Residência AU+E/UFBA prioritariamente ofertada para profissionais recém-formados e gestores, suas atividades contribuem para articular mais estreitamente os níveis de graduação e pós-graduação, de forma multidisciplinar. Prioritariamente voltado para os graduados em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, incorpora também, em menor escala, profissionais de áreas afins, com atuação ou vocação para trabalhos de assistência técnica em comunidades. Também viabiliza a interiorização profissional, o que, entretanto demanda o apoio efetivo das comunidades e instituições públicas dos municípios demandantes.

Um dos grandes desafios colocados para essa ampliação e consolidação é o fomento de bolsas de estudos e custeios adicionais de suporte, visando a sua atuação territorial, além das periferias metropolitanas, para atuar em municípios com cidades menores e comunidades mais distantes, carentes de apoio técnico, viabilizando a permanência do Residente na localidade da assistência técnica, por um determinado período.

No âmbito das comunidades demandantes, tem-se como desafio na implementação de projetos locais, despertar o sentido de pertencer a cidade, cuidar do ambiente onde se vive e promover uma maior urbanidade, discutindo e construindo os meios para a melhoria urbana. Essa condição pode viabilizar atividades de integração com as escolas das comunidades

envolvidas, com os agentes de saúde, promovendo a integração de diferentes sistemas de atuação pública voltada para o interesse social. Enseja também o direcionamento de novos estudos e pesquisas multidisciplinar, bem como a inovação técnica, demandantes de editais de fomento para projetos em rede nacional, incentivando novas possibilidades de cooperação e troca de experiências. Fortalece assim a inserção social da universidade pública e a perspectiva de inovação tecnológica em áreas de interesse social.

Numa perspectiva política, para se pensar e produzir a cidade em prol do interesse coletivo, considerando o contexto brasileiro de grande precariedade habitacional e urbana, bem como a atual conjuntura de inflexão de práticas de planejamento urbano participativo, na prerrogativa da cidade seletiva dos empreendimentos corporativos, uma ampla replicação dessa experiência acadêmica, mesmo que em pequenos movimentos, pode fazer diferença. Ao capacitar profissionais e cidadãos para elaboração projetos inovadores de inserção urbana e inclusão social, certamente são potencializadas novas práticas sociais que, aprendendo com a cidade, num permanente diálogo entre teoria e prática, venham a definir novos compromissos pelo direito à cidade, na conquista de cidades melhores e mais justas.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de. *Vinte e dois anos de política habitacional popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH*. In: REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, v.22, nº 4/107-19, 1988.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. Eure, Vol. 28 Número 84. Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Arquitectura y Bellas Artes. Santiago, Chile: Instituto de Estudios Urbanos, 2002.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 2a. edição, 1999 (original de 1998).

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH. As propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 120.02, Vitruvius, maio 2010 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>>.

BRANDÃO, Maria David de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador'. In: VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 2ª. edição, 1981 (original de 1978).

BRASIL, Governo Federal. Programa de Aceleração do Crescimento. 28 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>. Acesso em fevereiro de 2007.

BRASIL, Governo Federal. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. (Estatuto da Cidade)

BRASIL, Governo Federal. LEI No 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. (Assistência Técnica)

BRASIL. Ministério das Cidades. Assistência Técnica – um direito de todos. Experiências em habitação de interesse social no Brasil, Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

BRASIL, Governo Federal. Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília. 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. Déficit Habitacional no Brasil 2008. Secretaria Nacional de Habitação, Brasília, 2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementar o de projetos habitacionais e urbanos*. São Paulo : LABHAB ; FUPAM, 2012.

GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989. Dissertação de Mestrado apresentado ao IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 1990.

GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do Habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Teses apresentada a FAUUSP, em outubro de 1999. (Publicada pela EDUFBA, em 2000; 2ª. edição com Posfácio, em 2008).

GORDILHO-SOUZA, Angela. Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, em março de 2011.

GORDILHO-SOUZA, A. M. Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador. In: CARVALHO: SILVA: GORDILHO-SOUZA; e PEREIRA. *Metrópoles na atualidade brasileira transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

LABHABITAR. Laboratório de Habitação e Cidade. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2099317746992802>>. Acesso em: outubro de 2014)

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1991 (original de 1968).

MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. São Paulo, Editora Vozes. 2011.

RESIDÊNCIA MÉDICA. Residência de Saúde. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=506&id=12263&option=com_content&view=article> Acesso em: agosto de 2013.

RESIDÊNCIA AU+E/UFBA. Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em: outubro de 2014

RIBEIRO, Luiz C. Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR/UFRJ: FASE, 1997.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel - FAPESP, 1997.

ROLNIK, Raquel (org.) Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida? implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades: 2010.

TASCHNER, Suzana. Pasternak. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisa e políticas. São Paulo: FAU-USP, 1993.

UFBA. Proposta para Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Aprovado pelo PROEXT-UFBA em novembro de 2011.